

Só resta à sociedade uma "guerra cívica"

Daniel Herz

O governo Fernando Henrique Cardoso vem adotando práticas escandalosamente ilegais, beneficiando indevidamente grupos econômicos e atuando de forma francamente contrária ao interesse público. Nenhum dos maiores grupos de comunicação do país, entretanto, vai publicar notícias referindo estes fatos. É que os beneficiários destas práticas são, precisamente, os grandes oligopólios de comunicação do país.

Vivemos um momento crítico de reestruturação econômica e tecnológica da área das comunicações, marcado pela convergência das telecomunicações, da informática e da comunicação social. Aparelhos e serviços de comunicação, antes isolados – como telefone, computador e receptor de televisão – começam a ser progressivamente integrados, gerando novos sistemas de comunicação.

Os megagrupos estrangeiros e nacionais que pretendem abocanhar o mercado de telecomunicações - que proporciona urna das "pernas" tecnológicas destes novos sistemas - tiveram o cuidado de se associar com os maiores grupos de comunicação do país. Foi assim que as organizações Globo, o grupo Silvio Santos, o grupo Folhas, o grupo O Estado de São Paulo, O *Jornal do Brasil*, a RBS, o grupo Abril, a revista *Isto É* - apenas para citarmos os maiores - associaram-se a empreiteiras e empresas estrangeiras para disputar o mercado de telecomunicações do Brasil.

Não estamos identificando aqui um complô maquiavélico: há simplesmente interesses que se impõem e que condicionam,

no sentido mais perverso e mesquinho, o debate destas questões da área das comunicações. Aqueles que deveriam estar alimentando o senso crítico da população em relação ao futuro do país hoje atuam, natural e descaradamente, para fazer valer o particularismo de seus interesses.

Nos últimos meses, o governo Fernando Henrique abandonou a ambigüidade e escancarou suas intenções de excluir a sociedade dos debates e encaminhar os assuntos da área das comunicações apenas com o grande empresariado. Exemplos? Eliminou a sistemática de audiência pública, implantada pelo governo Collor, deixando de convocar debates públicos e abertos sobre seus atos. Regulamentou a TV a Cabo sem ouvir o Conselho de Comunicação Social, como determina a Lei 8.977/196. Distribuiu permissões de Televisão por Assinatura via Satélite à Globo e à Abril, sem que o serviço fosse regulamentado, sem licitação pública e sem cobrança pela outorga, como prevê a legislação atual. Manobrou no Congresso para impedir a criação imediata do órgão regulador para as telecomunicações, previsto na reforma constitucional bancada pelo próprio governo.

O mais preocupante é o acobertamento destas práticas pelo Estado. O Congresso Nacional adotando urna política submissa ao Executivo e ao setor privado, prossegue, por quatro anos consecutivos, descumprindo a Lei 8.389 que determinava a instalação do Conselho de Comunicação para março de 1992. O Judiciário omite-se em relação ao descumprimento da Lei do Conselho e, do mesmo modo que o Executivo, não age para coibir as ilegalidades flagrantes existentes na área das comunicações. O Procurador Geral

da República, por sua vez - aquele que foi escolhido por FHC - "senta" em cima das diversas denúncias e tampouco sai em defesa do cumprimento da Lei.

É assim que, nos últimos meses, deteriorou-se ainda mais a institucionalidade da área das comunicações. Outras tecnologias, como o MMDS e o LMDS prosseguem sendo implantadas sem base legal. Os grupos de rádio e televisão convencional persistem, impunemente, exorbitando os limites de propriedade previstos na legislação vigente. Enquanto isso, o Ministério das Comunicações reprime nacionalmente as emissoras de radiodifusão comunitária, as únicas iniciativas que, no atual caos jurídico, beneficiam a ampliação do exercício do direito de expressão. Neste quadro, o empresário esforça-se sobretudo, para impedir a votação da nova Lei de Imprensa antes das eleições deste ano, temeroso de que a sociedade disponha de mecanismos para defender-se de novas práticas manipulatórias.

Constatando tudo isso, também se explica porque o Fórum Nacional pela Democratização esteja convocando uma "guerra cívica" contra o torpedeamento da democracia no país, representado pela reestruturação autoritária e excludente dos sistemas de comunicação. Patrocinada ostensivamente pelo governo FHC e contando com a omissão do Legislativo e Judiciário, a situação jurídica, institucional e política da área das comunicações deteriora-se rapidamente e constitui grave ameaça para o futuro da cidadania e da nacionalidade.

Daniel Herz é jornalista, Coordenador Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.